

# Voto no DF ainda <sup>eleição</sup> sem data definida

Apenas duas propostas de emenda à Constituição — as de números 15 e 16, respectivamente do senador Mário Maia (Acre) e do deputado Maurício Fruet (Paraná), que tramitam no Congresso Nacional, em conjunto — poderão, a curto prazo, concretizar a representação política no Distrito Federal, embora ainda não tenham data marcada para votação. As outras sete emendas sobre o mesmo tema foram prejudicadas pela retirada do projeto de emenda à Constituição nº 11/84, que foi inserido na mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional nº 35/84 — o famoso “Emendão” do Governo.

Além das duas propostas de emenda que seriam votadas no dia 4 de abril de 84, mas que tiveram sua apreciação adiada devido a acordo das lideranças dos partidos políticos, há, segundo o funcionário Fernando Dantas, da Coordenação Legislativa do Congresso, mais três propostas de emenda tratando da representação política para Brasília, são dos deputados federais Múcio Athayde (Rondônia), e Arildo Teles (Rio de Janeiro) e do senador Mauro Borges (Goiás). Estas propostas aguardam a leitura do Plenário, o que poderá demorar um pouco, já que existem na sua frente 49 propostas sobre os mais variados assuntos. %2e

## PROPOSTAS

O projeto de emenda à Constituição nº 15, do senador Mário Maia, estabelece eleição de três senadores — “em data a ser fixada pelo Congresso Nacional” —, eleição de deputados federais “em número proporcional à população do Distrito Federal”, do Governador, com mandato de quatro anos, e ainda propõe a criação “de Assembleia Legislativa do Distrito Federal com funções a serem estabelecidas em Lei Complementar”.

O projeto do deputado Maurício Fruet, de número 16, que tramita junto ao projeto an-

terior, de número 15 — o autor exerce hoje em dia as funções de prefeito de Curitiba —, dispõe sobre as eleições de três senadores, “por ocasião das próximas eleições gerais do País”, ou seja, em 86; de deputados federais “em número correspondente a um para cada 250 mil habitantes do DF, respeitados o mínimo de seis”; e ainda propõe a eleição de deputados estaduais — seu número e competência seriam “definidos em Lei Complementar”. Estes projetos começaram a tramitar no ano passado.

## ELEIÇÕES

A nova proposta de emenda à Constituição do deputado Múcio Athayde — ele havia apresentado outra anteriormente, de nº 73, que foi prejudicada pelo “Emendão” governamental — estabelece também eleições para Governador, senadores e deputados federais e estaduais no DF. Já a proposta do senador Mauro Borges — que também havia lançado uma anteriormente, de número 201, prejudicada da mesma maneira — fala em mudança dos dispositivos da Constituição Federal “visando estabelecer nova organização política para o DF, bem como para assegurar-lhe representação na Câmara dos Deputados e Senado Federal, e dá outras providências”.

A proposta de emenda do deputado Arildo Teles altera dispositivos constitucionais “referentes aos Territórios e ao DF” sobre sua representação política. Mas as duas emendas que já são numeradas nem sequer têm data marcada para serem votadas, pois na Secretaria Geral da Mesa, segundo uma funcionária, o calendário de agosto das emendas não foi elaborado, certamente, as sem número podem tramitar durante anos até a aprovação, caso ela aconteça. Tudo depende agora das lideranças dos partidos políticos, que estão mais preocupados com a sucessão presidencial.